



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

396

APELAÇÃO CRIME: Nº 316425-0 – Recife (12ª Vara Criminal)  
APELANTE: **João de Souza Rocha e Reginaldo de Souza Rocha**  
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 171, §2º, I C/C ART. 29 DO CÓDIGO PENAL. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. IMPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Da análise dos autos, verifica-se que há elementos suficientes para comprovação da materialidade e autoria do delito narrado na denúncia, não podendo prosperar os argumentos das defesas dos apelantes.
2. Os apelantes de posse do bem alheio, agiram como se fossem os proprietários e venderam o veículo a um terceiro, obtendo a vantagem ilícita e causando o prejuízo alheio, caracterizando a conduta tipificada no art. 171, §2º, inciso I do Código Penal
3. Recurso improvido. Decisão unânime.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Apelação Criminal* nº 316425-0 da Comarca de Recife, em que figuram, como apelante, **João de Souza Rocha e Reginaldo de Souza Rocha** e, como apelado, Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, tudo consoante consta do relatório e votos anexos, que passam fazer parte do julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

189  
J

APELAÇÃO CRIME: Nº 316425-0 – Recife (12ª Vara Criminal)  
APELANTE: **João de Souza Rocha e Reginaldo de Souza Rocha**  
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

### RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelos réus **João de Souza Rocha e Reginaldo de Souza Rocha** em face da sentença de fls. 152/156 que o condenou à pena de 01 (um) ano de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias multa pela prática do crime previsto no art. 171, §2º, I c/c art. 29 do Código Penal, sendo a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direito a serem definidas pelo Juízo da Vara de Execução de Penas Alternativas.

Narra a denúncia que no dia 05/10/2007, o denunciado João de Souza Rocha, na condição de proprietário da loja de compra e venda de veículos estabelecida à Rua Visconde de Pelotas, no bairro de Afogados, em Recife, adquiriu de Diógenes Vicente Ferreira o veículo tipo Gol, marca Volkswagen, placa KMC-1241, ano 2001, que estava em nome de Erilane Cosmo de Oliveira, sendo que esta autorizou a venda, vez que Diógenes é seu cunhado.

Extraí-se da peça acusatória que o negócio foi feito pelo preço de R\$ 2.000,00 a título de repasse, visto que o veículo estava alienado ao Banco Finasa, em razão de financiamento, sendo que o comprador, João de Souza Rocha, se comprometeu em pagar o débito do financiamento junto ao banco, no valor de R\$ 9.000,00.

Consta que, quando as partes compareceram ao banco para efetivar a transferência do financiamento, restou esclarecido que o débito já importava em R\$ 13.000,00, assim, o comprador João de Souza desistiu do negócio e exigiu que Diógenes devolvesse o valor de R\$ 2.000,00, anteriormente pago, acrescido de R\$ 200,00, este



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

relativo a corretagem, o que não foi aceito por Diógenes. Ao final, restou acertado entre eles que o veículo permaneceria com João até que Diógenes resolvesse o valor financiado junto ao Finasa.

Relata a inicial que, enquanto aguardava a solução do financiamento, que demorou cerca de três meses, João deixou o veículo na casa do seu irmão, o denunciado Reginaldo de Souza Rocha, que é corretor de veículos, e, dias depois, em comum acordo e unidade de desígnios, os irmãos venderam o veículo para Antônio Aguiar Leite, de forma fraudulenta, sem autorização de Diógenes ou Erilane, mesmo sabendo que o veículo pertencia a estes. Depois, Antonio Aguiar vendeu o veículo para terceiros não identificados e hoje o bem se encontra em local incerto e não sabido.

Destaca ainda que a vítima Erilane Cosmo de Oliveira restou em prejuízo, vez que continua devendo ao banco Finasa e desprovida do seu veículo, o que se deve ao ardil engendrado pelos irmão denunciados João de Souza Rocha e Reginaldo de Souza Rocha, os quais obtiveram vantagem ilícita em detrimento de outrem.

Em suas razões recursais (fls. 166/170) a defesa a absolvição dos acusados alegando que eles não agiram de forma fraudulenta ao ter repassado o veículo da vítima à terceira pessoa. Sustentam que não agiram de má fé e não tiraram nenhum proveito financeiro, apenas repassaram o carro para outra pessoa com anuência e autorização da própria vítima.

Nas contrarrazões acostadas às fls. 175/177, o Ministério Público pugna pela improcedência do apelo, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos.

Parecer da Procuradoria em matéria criminal, acostado às fls. 157/158, opinando também pelo improvimento do recurso, mantendo-se a sentença condenatória.

É o Relatório.

**À Douta Revisão.**

Recife, 23 de dezembro de 2013.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

197

APELAÇÃO CRIME: Nº 316425-0 – Recife (12ª Vara Criminal)  
APELANTE: **João de Souza Rocha e Reginaldo de Souza Rocha**  
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

**VOTO DO RELATOR**

**Srs. Desembargadores,**

**Sr. Procurador,**

Pretende a defesa, no presente recurso, a absolvição dos apelantes ante a ausência de provas para embasar a condenação alegando que não agiram de forma fraudulenta.

Da análise dos autos, verifica-se que há elementos suficientes para comprovação da autoria e materialidade do delito imputado aos apelantes. Os depoimentos das testemunhas, da vítima e as declarações dos próprios acusados sustentam a tese da acusação.

A vítima Erilane Cosmo de Oliveira, perante a autoridade judiciária, relatou de forma clara e detalhada:

*"(...) de fato tinha um veículo financiado junto à FINASA, tendo efetuado aproximadamente quatro parcelas e estando com dificuldade, seu esposo sugeriu que a mesma repasse o veículo no sentido de que alguém efetuasse o pagamento junto à financeira e ficasse de posse do veículo; QUE, seu esposo procurou o seu cunhado Diógenes, vindo a tomar conhecimento de que Diógenes iria resolver o problema; QUE, a pessoa do seu cunhado juntamente com seu esposo fizera um repasse do veículo, ficando o comprador no sentido de continuar o financiamento e entregando-lhe a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais); QUE, os dois mil foram repassados, o comprador ficara com o veículo para fins de resolver a pendência financeira junto ao FINASA; QUE, quando da transação a*

MX



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

198

*pendência girava em torno de R\$ 9.000,00 (nove mil reais); QUE, foi repassada essa informação para o comprador; QUE, veio a tomar conhecimento de que o comprador, quando se dirigiu à Agência Bancária, o débito estava em torno de R\$ 13.000,00 (treze mil reais); QUE, diante deste fato, o comprador desistira do negócio e fora ao seu comércio e, em conversa com seu marido, requerera a devolução dos R\$ 2.000,00 (dois mil reais), porém mais R\$ 200,00 (duzentos reais) em razão da corretagem; QUE, o seu marido disse que resolvesse essa problemática junto ao seu cunhado Diógenes, que foi a pessoa que recebera os R\$ 2.000,00 (dois mil reais); QUE, o comprador esteve por duas ou três oportunidade, solicitando a devolução dos R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mais os duzentos da corretagem e que caso não houvesse a referida devolução, iria dar fim ao veículo; QUE a pessoa do Diógenes queria devolver os R\$ 2.000,00 (dois mil reais), porém se o comprador devolvesse o veículo; QUE, tomou conhecimento de que seu veículo fora repassado a frente, diga-se revendido a terceiro e que seu nome fora negativado nos órgãos de proteção ao consumidor (...) QUE, tomou conhecimento por parte da pessoa do João de Souza que havia deixado o veículo na garagem do irmão até que se resolvesse a pendência com relação à devolução do numerário e da corretagem e que seu irmão havia revendido (...)"Fls. 130/130v.*

Em Juízo, a testemunha Diógenes Vicente Ferreira disse que foi apresentado ao acusado João, proprietário de uma loja de automóveis, que tinha interesse de ficar com o veículo e daria, como sinal, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo informado que a quitação com o banco estaria em torno de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Afirmou que tomou conhecimento que o valor da quitação do veículo no banco estava em torno de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), tendo então procurado João para devolver a importância e receber o veículo que se encontrava em poder de João, sendo que João, para devolver o veículo, exigiu o pagamento de R\$ 200,00 (duzentos reais) relativos à corretagem. Esclarece que se negou a efetuar o pagamento da corretagem e o acusado João não devolveu o veículo e que, após um certo tempo, resolveu, juntamente com seu irmão, efetuar o pagamento da corretagem, porém não obtiveram êxito, sendo informado que o veículo se encontrava com o irmão de João, o acusado Reginaldo, e quando foram à procura de Reginaldo este informou que o veículo tinha sido apreendido por um oficial com busca e apreensão. Disse que



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

199

tomou conhecimento que o veículo estava em poder da pessoa de Antonio Aguiar (Fls. 131/131v).

Por sua vez, o acusado, ora apelante, João de Souza Rocha disse, perante a autoridade judicial, que tomou conhecimento por intermédio de Diógenes que o veículo descrito na denúncia pertencia à sua cunhada Erilane e para quitação do mesmo precisaria desembolsar R\$ 9.000,00 (nove mil reais), ficando acordado o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo adiantado o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ficando com a posse do veículo até a quitação perante a autoridade financeira. Informou que procurou a instituição financeira e ficou sabendo que o valor para quitação era de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), e por isso resolveu entregar o bem a Diógenes e à sua cunhada solicitando a devolução dos R\$ 2.000,00 (dois mil reais) que deu de entrada, bem como R\$ 200,00 (duzentos reais) que pagou ao corretor, sendo que eles não entregaram a importância requerida e nem fizeram proposta de negociação. Disse que ficou de posse do bem aguardando a devolução dos R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) e que, decorridos uns três meses sem o ressarcimento, resolveu guardar o carro na residência do seu irmão, tomando conhecimento que seu irmão havia repassado o veículo para um terceiro, não sabendo precisar o valor, ficando no prejuízo de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), não sabendo informar o paradeiro do veículo (Fls. 137).

O acusado Reginaldo de Souza Rocha disse que seu irmão, o acusado João, guardou o mencionado veículo na sua residência para aguardar o pagamento da importância de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), valor pago para compra do veículo, uma vez que o valor para quitar o mesmo era de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) e não de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) como informado pelos vendedores. Informou que repassou o veículo pelo valor de R\$ 2.200,00 (dois mil reais) para a pessoa de Antônio Aguiar, o qual repassou para um terceiro (Fls. 138).

Como se vê, os acusados João de Souza Rocha e Reginaldo de Souza Rocha de posse do veículo pertencente a vítima Erilane, passaram a agir como se dono fossem e venderam o bem a um terceiro, lesionando o patrimônio da vítima.

Os próprios acusados declararam que ficaram com a posse do veículo mencionado na denúncia e, após certo tempo, repassaram a um terceiro, o que demonstra a fraude e o prejuízo alheio.

MY



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

200

Ressalte-se que os acusados não eram os legítimos donos do bem, tinham apenas a posse do mesmo, portanto não podiam vendê-lo e adquirir vantagem, sendo, portanto, responsáveis pelas suas condutas ilícitas.

*In casu*, verifica-se que a conduta praticada pelos acusados está descrita no art. 171, §2º, inciso I do CP, que assim dispõe:

*Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:*

*Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis.*

*§ 2º - Nas mesmas penas incorre quem:*

*I - vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria (...)*

Nesses termos, conclui-se que os apelantes de posse do bem alheio, agiram como se fossem os proprietários e venderam o veículo a um terceiro, obtendo a vantagem ilícita e causando o prejuízo alheio.

Frise-se ainda que, conforme consta das declarações prestadas pela vítima, testemunhas e próprios apelantes, o valor a princípio negociado pela compra do bem seria de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo R\$2.000, 00 (dois mil) a título de repasse e R\$ 9.000,00 (nove mil reais) pela quitação perante a autoridade financeira. Assim, resta demonstrado o meio fraudulento utilizado pelos acusados e a falta de credibilidade nas suas declarações uma vez que tinham ciência do real valor do veículo e revenderam por um valor irrisório, qual seja, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) a fim de obter a vantagem e causar prejuízo à vítima.

Ante o exposto, voto pelo **improvemento** do apelo, mantendo-se a sentença em todos seus termos.

Recife, 28 de 05 de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**



3203

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Marins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0008233-57.2008.8.17.0001 (0316425-0)**

**APELANTES: JOÃO DE SOUZA ROCHA e REGINALDO DE SOUZA ROCHA**

**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco

**ORIGEM** : 12ª Vara Criminal da Comarca de Recife

**RELATOR** : Des. Mauro Alencar de Barros

**REVISOR** : Des. Antonio Carlos Alves da Silva

**PROCURADOR:** Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de apelação criminal contra a sentença de fls.152/156, que julgou procedente em parte a denúncia para condenar JOÃO DE SOUZA ROCHA como incurso nas penas do art. 171, § 2º, I, c/c o art.29, ambos do Código Penal, bem como para condenar REGINALDO DE SOUZA ROCHA, como incurso nas sanções do art. 171, § 2º, I, c/c o art. 29, ambos do Código Penal.

Ambos os acusados foram condenados à pena definitiva de 1 (um) ano de reclusão em regime aberto, cumulada com a pena de 10 (dez) dias-multa. As penas privativas de liberdade foram substituídas por penas restritivas de direitos a serem definidas pelo Juízo da Vara de Execução de Penas Alternativas.

Inconformados, os réus, conjuntamente, apresentaram razões de apelação às fls. 166/170, alegando contrariedade às provas produzidas nos autos e pleiteando a sua absolvição.

Diz a denúncia que no dia 05 de outubro de 2007, nesta cidade, JOÃO DE SOUZA ROCHA, na condição de proprietário da loja de compra e venda de veículos estabelecida À rua Visconde de Pelotas, nº 38, em Afogados, adquiriu de DIÓGENES VICENTE FERREIRA o veículo tipo Gol, marca Volkswagen, placa KMC-1241, ano 2001, que estava em nome de ERILANE COSMO DE OLIVEIRA, que autorizara a venda, vez que Diógenes é seu cunhado. O negócio foi feito pelo preço de R\$2.000,00 (dois mil reais), a título de repasse, visto que o veículo estava alienado ao Banco Finasa e o comprador João de Souza Rocha comprometeu-se em pagar o débito do financiamento junto ao referido Banco, no valor de R\$9.000,00 (nove mil reais).

Quando as partes compareceram ao Banco para efetivar a transferência do financiamento, restou esclarecido que o débito já importava em R\$13.000,00 (treze mil reais). O comprador JOÃO DE SOUZA, então, desistiu do negócio e exigiu que Diógenes devolvesse o valor de R\$2.000,00, anteriormente pago, acrescido de R\$200,00 (duzentos reais) relativos à corretagem, o que não





202

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

foi aceito por Diógenes. Ao final, acertou-se que o veículo permaneceria com João de Souza até que Diógenes resolvesse o valor financiado junto ao Banco.

Enquanto se aguardava a solução do financiamento, que demorou cerca de três meses, João de Souza deixou o veículo na casa do seu irmão REGINALDO DE SOUZA ROCHA, corretor de veículos. Diz a inicial acusatória que, dias depois, em comum acordo e unidade de desígnios, os irmãos venderam o veículo para ANTÔNIO AGUIAR LEITE, de forma fraudulenta, sem autorização de Diógenes ou Erilane. Na sequência, Antônio Aguiar vendeu o veículo a terceiros não identificados, restando a vítima ERILANE COSMO DE OLIVEIRA prejudicada, vez que continua devendo ao Banco Finasa e sem o veículo de sua propriedade.

Insistem os apelantes na tese de insuficiência da prova colhida para uma decisão condenatória, requerendo em consequência a sua absolvição.

Todavia, entendo que não é possível julgar favoravelmente o recurso interposto, ante a inconsistência das alegações da defesa.

De fato, a materialidade do delito restou comprovada pelo Boletim de Ocorrência de fls. 09/10 e a documentação juntada aos autos, bem como pela prova pessoal produzida.

No que diz respeito à autoria, os indícios inicialmente apurados em sede investigatória restaram consubstanciados na fase judicial, não havendo dúvidas de que os apelantes, com as suas condutas, cometeram o crime consistente em obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio.

Do depoimento em Juízo da vítima ERILANE COSMO DE OLIVEIRA, às fls. 130/130-V, destaco:

"[...] QUE, com relação aos fatos mencionados na denúncia, a declarante tem a dizer que de fato tinha um veículo financiado junto à FINASA, tendo efetuado aproximadamente quatro parcelas e estando em dificuldade, seu esposo sugeriu que a mesma repassasse o veículo no sentido de que alguém efetuasse o pagamento junto à financeira e ficasse de posse do veículo; QUE, seu esposo procurou o seu cunhado Diógenes, vindo a tomar conhecimento de que o Diógenes iria resolver o problema; QUE, a pessoa do seu cunhado juntamente com seu esposo fizera um repasse do veículo, ficando o comprador no sentido de continuar com o financiamento e entregando-lhe a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais); QUE, os dois mil foram repassados, o comprador ficara com o veículo para fins de resolver a pendência financeira junto ao FINASA; QUE, quando da transação a pendência financeira girava em torno de R\$ 9.000,00 (nove mil reais); QUE, foi repassada essa informação para o comprador; QUE, veio a tomar conhecimento de que o comprador, quando se dirigiu à Agência

2



203

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Bancária, o débito estava em torno de R\$ 13.000,00 (treze mil reais); **QUE, diante deste fato, o comprador desistira do negócio e fora ao seu comércio e, em conversa com o seu marido, requeria a devolução dos R\$ 2.000,00 (dois mil reais), porém mais R\$ 200,00 (duzentos reais) em razão da corretagem; QUE, o seu marido disse ao mesmo que resolvesse essa problemática junto ao seu cunhado Diógenes, que foi a pessoa que recebera os R\$ 2.000,00 (dois mil reais); QUE, a declarante não visualizou esta importância; QUE, o comprador esteve por duas ou três oportunidades, solicitando a devolução dos R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mais os duzentos da corretagem e que caso não houvesse a referida devolução, iria dar fim ao veículo; QUE, que a pessoa do Diógenes queria devolver os R\$ 2.000,00 (dois mil reais), porém se o comprador devolvesse o veículo; QUE, tomou conhecimento de que seu veículo fora repassado à frente, diga-se revendido a terceiro e que seu nome fora negativado nos órgãos de proteção ao consumidor; [...] QUE, não sabe dizer do paradeiro do veículo e que o comprador que se trata da pessoa do João de Souza não sabe dizer onde o mesmo se encontra; QUE, tomou conhecimento por parte da pessoa do João de Souza que havia deixado o veículo na garagem do irmão até que se resolvesse a pendência com relação à devolução do numerário e da corretagem e que seu irmão havia revendido. [...] QUE, a transação inicialmente feita tinha o aval da declarante até porque a mesma pretendia retirar o financiamento a que adimplira em razão da dificuldade; [...] QUE, a negociação em torno da devolução do valor dos R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mais a corretagem oscilava em torno de três meses até o veículo ser repassado; QUE, os R\$ 2.000,00 (dois mil reais) recebidos estavam em poder do Diógenes durante os três meses; QUE, se devolver o carro neste momento, a declarante devolve os R\$ 2.000,00 (dois mil reais) [...]** (grifos nossos)

Já a testemunha Diógenes Vicente Ferreira, em Juízo, às fls.131/131v, declarou:

[...] QUE, com relação aos fatos mencionados na peça acusatória, de fato fora procurado pelo seu irmão informando que sua cunhada havia financiado um veículo, pago algumas parcelas e, não tendo mais condições de arcar com o pagamento, pretendia repassá-lo desde que alguém assumisse o débito e quitasse o veículo junto à financeira; QUE, por intermédio de um corretor cognominado de "Pica-pau" foi apresentado ao acusado João, sendo este proprietário de uma loja de compra e venda de automóveis; QUE, seu irmão, estando presente, e em conversa com o corretor, este informou que o proprietário de uma loja de automóveis, que veio a tomar conhecimento de que se trata do acusado João aqui presente, teria interesse de ficar com o veículo e para tanto, como sinal, daria a importância de dois mil reais, ficando o depoente bem como o seu irmão Paulo Sérgio de se dirigirem ao banco no sentido de obterem um boleto bancário correspondente a um valor de quitação que foi informado para o comprador João de que seria em torno de nove mil e poucos reais; **QUE, foram ao banco e vindo a saber que a quitação estava em torno de treze, retornaram para devolver a importância recebida e receber o veículo que se encontrava em poder do João; QUE, nesse momento surgiu um**



204

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

problema pelo fato de que a pessoa do João só devolveria o veículo, se fosse pago duzentos reais relativos à corretagem; QUE, não houve entendimento e, decorreram uns três meses em constante conversação, porém não obtiveram êxito, vez que o João só devolveu o veículo se efetuasse o pagamento da corretagem e que a pessoa do depoente se negava a efetuar esse pagamento; QUE, depois de um certo tempo, o depoente e seu irmão resolveram efetuar o pagamento da corretagem, porém não obtiveram êxito, adiantando o mesmo que o veículo se encontrava com seu irmão Reginaldo; QUE, foram à procura de Reginaldo e este informou que o veículo tinha sido apreendido por um oficial com busca e apreensão; [...] QUE, veio a tomar conhecimento que talvez o veículo estivesse em poder da pessoa de Antonio Aguiar, conhecido como "Tota", não vindo a ter a confirmação deste informe. [...]

Por seu turno, a testemunha Antonio Aguiar Leite, em Juízo, às fls.132, declarou:

[...] QUE, confirma suas declarações na íntegra prestadas na esfera policial; QUE, com relação aos fatos mencionados na peça acusatória, de fato apenas fora o intermediário da venda do veículo que estava em poder de Reginaldo para com a pessoa do corretor Sr. Germano; QUE, não recebera nada com essa intermediação; QUE, não sabe precisar, diga-se detalhar a transação ocorrida entre Diógenes e a pessoa do João, sabendo, porém que existia uma pendência entre eles; QUE, não sabe dizer do paradeiro do veículo; QUE, não tinha conhecimento de que o João havia adquirido o veículo para fins de quitação de financiamento; QUE, reafirma que apenas intermediou a venda do veículo sem qualquer ganho. [...] QUE, a transação na venda fora no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e, deduzido as multas, ficara no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais); QUE, não sabia precisar o valor do veículo, nem tampouco visualizou a documentação do mesmo; QUE, não sabe dizer do paradeiro da pessoa do Germano;"

A testemunha Ivanildo Nunes da Silva, em Juízo, às fls.136/136v, declarou:

[...] QUE, trabalha no ramo de corretagem de veículos, fazendo "bicos" e para tanto, quando da transação de um veículo, é convencionado um valor a receber a sua pessoa de R\$ 200,00 (duzentos reais); QUE, procurado pela pessoa do Diógenes, informando que estava com o veículo alienado e que pretendia passar à frente, desde que houvesse a quitação do financiamento, e sabendo-se, segundo o Diógenes, que o débito importava em R\$ 9.000,00 (nove mil reais), levou-o à presença da pessoa do acusado João; QUE, a pessoa do João se interessou pelo veículo, deu como sinal ao Diógenes de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ficando de posse do veículo, tendo o mesmo se comprometido a liquidar o financiamento no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais); QUE, quando da transação, recebeu os R\$ 200,00 (duzentos reais) referente a sua corretagem; QUE, quem pagara a corretagem fora a pessoa do acusado João; QUE, veio a tomar



205

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

conhecimento posteriormente que quando o acusado João se dirigira à instituição financeira para quitar o veículo, ficara impossibilitado em fazê-lo em razão de que o débito não importava nos 9 mil conforme fora dito pelo Diógenes e sim em R\$ 13.000,00 (treze mil reais); QUE, tomou conhecimento que o acusado João pretendia desfazer o negócio, entregando o veículo desde que o Diógenes lhe devolvesse os R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais); [...] (grifei)

Transcrevo, ainda, o interrogatório em Juízo do acusado JOÃO DE SOUZA ROCHA, às fls. 137:

[...] QUE, o acusado Reginaldo é seu irmão; QUE, não conhecia a pessoa de Diógenes, nem a vítima Erilane; QUE, veio a conhecê-los por intermédio do corretor de veículos de nome Ivanildo, que os trouxe a sua presença com intuito de vender um veículo que se encontrava alienado; QUE, tomou conhecimento por intermédio de Diógenes que o veículo Gol, descrito na denúncia pertencia à sua cunhada Erilane e que para a quitação do mesmo, teria que desembolsar 9.000,00 (nove mil reais); QUE, ficou acordado o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) vez que algumas parcelas já haviam sido pagas; QUE, o interrogado adiantou os R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ficando de posse do veículo até que fosse quitado o veículo perante a instituição financeira; QUE, procurou a instituição financeira vindo a saber que o veículo importaria no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) para a quitação; QUE, devido a essa diferença, resolveu entregar o bem ao Diógenes e à sua cunhada, solicitando que os mesmos lhe devolvessem os R\$ 2.000,00 (dois mil reais) que havia dado de entrada, bem como os R\$ 200,00 (duzentos reais) que havia pago ao corretor; QUE, procurou o Diógenes e a sua cunhada por diversas vezes e os mesmos não entregaram-lhe a importância requerida; QUE, não houve nenhuma proposta por parte dos mesmos para a negociação; QUE, ficara de posse do bem aguardando que a vítima lhe entregasse os R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais); QUE, decorridos uns três meses sem que houvesse o referido ressarcimento, resolveu guardar o bem na residência do seu irmão, pois não tinha local no seu estabelecimento comercial; QUE, veio a tomar conhecimento que seu irmão havia repassado o veículo para um terceiro, não sabendo precisar o valor; QUE, ficara no prejuízo de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) e até então não sabe dizer do paradeiro do veículo; QUE, não deu autorização e não sabe a razão do por quê seu irmão ter repassado o veículo[...] (grifei)

Merece destaque, também, os trechos do interrogatório do segundo denunciado Reginaldo de Souza Rocha, às fls. 138:

[...] QUE, o acusado João é seu irmão; QUE, não conhecia Erilane e Diógenes; QUE, de fato, o seu irmão guardou o veículo GOL na sua residência, vindo o mesmo a saber que o seu irmão havia pago R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para a compra do veículo, sendo que R\$ 200,00 (duzentos reais) referente à corretagem e quando fora ao banco quitar o financiamento, soubera que o valor importava em 13.000,00 (treze mil reais), diferentemente dos R\$



206

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

9.000,00 (nove mil) informados pelos vendedores; QUE, o seu irmão deixou o veículo na sua residência, aguardando receber o R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) que havia sido desembolsado; QUE, ambos são estabelecidos comercialmente e no ramo de automóveis; **QUE, teve um desentendimento com seu irmão e pelo fato de que o procurou por diversas vezes para retirar o veículo e não tendo o mesmo atendido, aliando-se ao fato de sua inesperada separação, resolveu repassar o veículo no mesmo valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para a pessoa de Antônio Aguiar;** QUE, não sabe dizer se o Antônio Aguiar repassara a um terceiro; QUE, atualmente se dá bem com o seu irmão; QUE, gostaria que o veículo fosse apreendido para fins até de procurar quitar o financiamento junto à instituição financeira; QUE, não ludibriou ninguém; [...] QUE, acredita que exista alguma ação de busca e apreensão do veículo; QUE, procurou a pessoa do Aguiar por diversas vezes e o mesmo disse que havia repassado o veículo, não sabendo precisar o paradeiro do mesmo; QUE, pensava que o veículo iria ficar em poder da pessoa do Aguiar e não que o mesmo repassasse. [...]” (grifei)

No caso dos autos, o magistrado sentenciante corretamente considerou as declarações dos próprios acusados, no sentido de que ficaram com a posse do veículo da vítima e ainda assim venderam o bem a terceiro. Restaram também devidamente ponderados os depoimentos da vítima e das testemunhas da acusação, que foram prestados com detalhes e de modo seguro.

A alegação de inexistência de obtenção de vantagem ilícita nem prejuízos a terceiros, de fato, não merece prosperar. É que, desde que o sujeito ativo desfrute, durante algum tempo, da vantagem indevida em prejuízo alheio, consuma-se o delito de estelionato.

O certo é que o julgador de origem analisou detidamente todo o conjunto probatório, valorando corretamente os elementos contidos nos autos, não havendo que se falar em insuficiência de provas, notadamente quando respeitados o contraditório e a ampla defesa. Sendo assim, o pleito absolutório dos recorrentes não é de ser acolhido

Por outro lado, a pena foi fixada dentro dos ditames da legalidade e da proporcionalidade, inexistindo, pois, qualquer exacerbação no *quantum* aplicado.

Com tais considerações, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo-se a r. sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Recife, 27 de Maio de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
Revisor